



© ADRIANA MATTOSO

Canoada percorre trecho do Rio Xingu que será barrado por Belo Monte

Grupo de ativistas navegou pela exuberante paisagem da Volta Grande do Rio Xingu (PA), que será transformada com a entrada em operação da hidrelétrica. E protestou em frente ao canteiro principal de obras • **P.9**

ISA INTEGRA A ALIANÇA PELA ÁGUA DE SÃO PAULO

A crise hídrica em SP incentivou a realização de estudo e coalizão da sociedade civil para propor e discutir alternativas • **P.13**

FEIRA NO VALE DO RIBEIRA FORTALECE AGRICULTURA FAMILIAR

As comunidades quilombolas debateram em seminário os desafios do trabalho nas roças e trocaram sementes e mudas • **P.3**

Xinguanos concluem formação em gestão territorial

O último dos seis módulos da I Formação em Gestão Territorial do Xingu promovido pelo ISA terminou em outubro com a apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dos alunos. Foram três anos, 150 dias e mais de 700 horas de aulas. Realizada no Polo Base Diauarum do Parque Indígena do Xingu (PIX), a última fase tratou da cronologia de eventos político-administrativos que levaram à formação do parque e sua importância para a compreensão dos desafios atuais de sua gestão. Com seus 2,8 milhões de hectares, o PIX abriga hoje 16 povos diferentes somando quase sete mil indígenas em 77 aldeias.



Fabio Moreira, do ISA, auxilia os alunos no módulo de cartografia sociopolítica na última etapa da formação em gestão territorial

Os alunos são jovens “filhos do PIX”. Fazem parte de uma geração que nasceu após a demarcação do Parque, em 1961, com o desafio de harmonizar a convivência entre os povos. Eles foram selecionados pelas lideranças tradicionais e pertencem a 13 diferentes etnias.

As últimas aulas foram coordenadas pelo secretário executivo do ISA, André Villas-Bôas, que desde 1983 trabalha em parceria com os índios do PIX. No Brasil, a gestão territorial em Terras Indígenas virou política pública oficial com a publicação, em 2012, do decreto

presidencial de Política Nacional de Gestão Indígena (PNGATI) que institui as re-

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1wfXrMk>



Rodrigo Junqueira, coordenador do Programa Xingu (à esquerda) e André Villas-Bôas, secretário executivo do ISA (à direita), acompanham os alunos em seus trabalhos de conclusão de curso

gras para garantir e promover a proteção, recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas.

Na etapa final os alunos também analisaram o Plano de Gestão Territorial da Terra Indígena (TI) Wajãpi, no Amapá, uma das 12 TIs que já definiram um documento de governança, linhas de trabalho e objetivos para o futuro de suas terras e seu povo. Discutiram ainda o documento base para o Plano de Gestão Territorial do Xingu, que está sendo elaborado.

A formação incluiu a participação de cientistas, antropólogos, historiadores e linguistas que interagiram com os conhecimentos tradicionais indígenas e outras múltiplas disciplinas. Depois de concluir os módulos de cartografia sociopolítica o grupo irá participar da Rede de Gestores do Parque utilizando as novas ferramentas que conheceram para ajudar na fiscalização e monitoramento do território como GPS, software de construção de mapas e imagens de satélite. Nos próximos três anos haverá encontros anuais e oficinas temáticas de apoio ao Plano de Gestão Territorial do PIX. A formação contou com o apoio da Fundação Rainforest da Noruega e do Fundo Vale.



© CLAUDIO APARECIDO TANARES/ISA

Visitantes e expositores na Feira de Troca de Sementes e Mudanças Tradicionais dos quilombos do Vale do Ribeira

Feira do Vale do Ribeira valoriza agricultura familiar e agrobiodiversidade

Em agosto, as comunidades quilombolas do Vale Ribeira (SP) debateram, pelo sétimo ano consecutivo, avanços, dificuldades e os desafios que têm pela frente para continuar a trabalhar em suas roças. Depois expuseram suas sementes e mudas na feira de trocas. O evento é organizado pelo Grupo de Trabalho (GT) Roça, que reúne as associações quilombolas, o ISA, o Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), a Eaacone (Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira) e a Fundação Florestal.

Este ano a 5ª Feira Estadual de Sementes juntou-se ao evento dos quilombolas.

De Mato Grosso vieram alguns coletores e indígenas do Parque do Xingu que integram a Rede Sementes do Xingu para apresentar seus trabalhos e compartilhar experiências.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/YYhpgk>



O seminário que abriu o encontro intitulado *Sementes: Soberania alimentar, cultura e geração de renda*, teve a participação de mais de 200 pessoas, superando as expectativas dos organizadores. Já a feira, no dia seguinte registrou cerca de 400 pessoas entre participantes e moradores da cidade que lotaram a praça de Eldorado.

O seminário se compôs de quatro oficinas temáticas e os participantes escolhiam participar de uma delas: gastronomia, armazenagem de sementes, políticas públicas de aquisição de sementes, mudas e alimentos, e juventude e agricultura.

A promotora de Justiça do Distrito Federal e sócia-fundadora do ISA, Juliana Santilli, especialista em Agrobiodiversidade e direitos de agricultores tradicionais, falou sobre a questão das sementes e da soberania alimentar no Brasil. As conclusões e recomendações das oficinas foram apresentadas ao final em reunião plenária.



© RIZA MORTS/ISA

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1oc1aGU>

Coletores apresentam sementes e fazem trocas durante o encontro

Rede de Sementes apresenta balanço e realiza feira de trocas

Entre 31 de julho e 2 de agosto, 70 coletores de 21 municípios de MT, parceiros e convidados participaram do 11º Encontro Geral e da 2ª Assembleia Geral da Rede de Sementes do Xingu, em São Félix do Araguaia. Organizado pela Associação Rede de Sementes do Xingu e pelo ISA, o evento teve o apoio da Articulação Xingu Araguaia (formada pela Ansa, ATV, CPT, ISA e Opan) e possibilitou aos participantes conhecer e trocar mais experiências sobre iniciativas econômicas sustentáveis a partir da coleta de sementes e produtos da sociobiodiversidade.

Um balanço geral da Rede, entre julho de 2013 e julho de 2014, foi apresentado destacando as realizações, a comercialização de sementes e o histórico de produção de cada núcleo coletor. Os debates abordaram alterações climáticas que prejudicam a produção e também a qualidade das sementes, que deve sempre ser melhorada.

Nesse sentido, o laboratório de sementes florestais inaugurado em maio, parceria da Rede de Sementes com a Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat), campus de Nova Xavantina, vai permitir conhecer mais profundamente as características fisiológicas de algumas espécies coletadas.

A Associação da Rede de Sementes de Xingu quer agora se credenciar como Produtora de Sementes Florestais junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e obter até o final do ano o Registro Nacional de Sementes e Mudanças.

Representantes de algumas organizações parceiras como o Funbio, o Fundo Vale, a Embrapa Agrosilvipastoril de Sinop participaram do encontro além de convidados da Rede de Sementes do Cerrado e dos extrativistas das Resex da Terra do Meio, de Altamira (PA).

Na feira de trocas realizada durante o encontro, as sementes distribuídas e quem as levou foram cadastradas para acompanhar seu crescimento na região.

Curtas

PIMENTA BANIWA SE

APRESENTA NO MAD FOOD. Em agosto, a capital dinamarquesa recebeu a quarta edição do MAD Food, simpósio que acontece desde 2011, em uma tenda de circo montada para essa finalidade. O tema desta edição foi O que é cozinhar?. O ecólogo do ISA Adelson Lopes da Silva apresentou a pimenta dos índios baniwa do noroeste amazônico ao público, que pôde degustá-la juntamente com pequenos pedaços de abacaxi. Tanto a pimenta quanto o abacaxi são exemplos, entre tantos outros – o cacau, a mandioca, o amendoim, a pupunha, a castanha – de alimentos domesticados na Amazônia. O MAD Food reúne anualmente renomados chefes de cozinha, ativistas, ecólogos, pesquisadores, jornalistas, profissionais da indústria, acadêmicos e professores e foi fundado pelo jovem chef dinamarquês René Redzepi, do restaurante Noma (duas estrelas no Guia Michelin), em Copenhague. A co-curadoria é do chefe brasileiro Alex Atala, do restaurante D.O.M, de São Paulo.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/VVnyb1>



Manejo do fogo no Xingu alcança 16 aldeias e aprofunda estudos de impacto

O projeto de Manejo do Fogo desenvolvido pelo ISA com comunidades do Parque Indígena do Xingu alcançou 16 aldeias em 2014 com a participação de sete novas aldeias. Quatro delas se localizam na região do Rio Arraias (Sobradinho, Maraká, Iguazu e Três Patos) e outras três na região do Médio Xingu (Ilha Grande, Três Irmãos e Piulewene). Todas são Kaiabi à exceção de Piulewene, que é Waurá.

As oficinas de conscientização/sensibilização do uso do fogo são as primeiras atividades propostas às novas comunidades, contando com a participação de homens, mulheres, jovens e crianças.

O primeiro passo foi levantar as informações sobre o manejo do fogo em diversas atividades de subsistência familiar, como por exemplo, preparação de roça, coleta de mel, acampamentos de caça e pesca, pescaria de timbó, entre outras. Em seguida, foram identificadas as atividades que permitem que o fogo fique fora de controle e, a partir daí, a comunidade pode refletir sobre a questão e chegar a acordos comunitários sobre as queimadas.

Durante o ano, antes da época seca, as aldeias são supridas com os equipamentos anti-incêndio (bomba costal, abafadores, pinga-fogo) e os indicados pela comunidade são treinados para usá-los. Eles formam o grupo do fogo que entra em

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1xyG8oN>



Grupo do fogo entra em ação no período da queima



Oficina de conscientização do uso do fogo na aldeia Sobradinho

ação no período da queima, ajudando cada dono de roça na queimada. É uma novidade e uma mudança que as comunidades incorporaram a partir do trabalho desenvolvido pelo ISA. Antes cada um cuidava sozinho de sua queimada, agora, as comunidades estão se organizando para fazê-las conjuntamente. Em regime de mutirão, de 10 a 15 pessoas constroem o aceiro um dia antes da prática de queima controlada ou na própria manhã em que realizarão a atividade. Outras práticas tradicionais de manejo estão sendo adaptadas para enfrentar as adversidades impostas pelas mudanças climáticas regionais. O próprio calendário também está sendo alterado nos meses e horários de queima, para diminuir as ocorrências de incêndios florestais.

Paralelamente vários produtos foram elaborados para subsidiar as atividades. O *Jornal do Fogo*, cartaz com as informações mais importantes do projeto, foi fixado em locais de grande movimento na aldeia como posto de saúde, escola, posto da Funai e entregue aos interessados, além de outros materiais impressos. Programas curtos produzidos pelos moradores e pelo ISA são veiculados nas aldeias pela Rádio do Fogo, em formato mp3 e podem ser ouvidos e baixados nos links:

- <https://soundcloud.com/socioambiental/bom-uso-do-fogo>
- <https://soundcloud.com/socioambiental/radio-xingu-queimada-de-roca>



© WALTER BLOS

Na TI Waimiri Atroari, técnicos do ISA e indígenas trabalham nos indicadores

Indicadores socioambientais de TIs em Roraima estão em fase final

No segundo semestre deste ano, o ISA e seus parceiros indígenas começaram a concluir os levantamentos socioambientais nas Terras Indígenas Ananás, Anaro, Ponta da Serra e Waiwai, localizadas em Roraima e Waimiri Atroari, entre os estados do Amazonas e Roraima. Os levantamentos fazem parte das primeiras aplicações do Sistema de Indicadores Socioambientais para Terras Indígenas (SisTI), de coleta, organização e disseminação de informações socioambientais em uma plataforma web. O objetivo é construir uma metodologia que coloca comunidades indígenas como protagonistas na construção de retratos socioambientais de suas terras.

Em visitas às TIs que participam dos levantamentos, a equipe do Monitoramento traçou estratégias com os parceiros locais para elaborar retratos socioambientais. No caso das TIs Ananás, Anaro e Ponta da Serra, localizadas na região do Amajari a proposta, debatida com comunidades e com o Conselho Indígena de Roraima (CIR), é realizar uma discussão integrada sobre os problemas socioambientais locais, tais como o tamanho reduzido das terras e o rareamento dos recursos naturais. Na TI Waiwai, onde a aplicação do questionário já foi finalizada,

planeja-se que a validação das informações levantadas pelas comunidades seja também um momento de diálogo com os gestores públicos responsáveis pelas políticas indigenistas, como a Funai, a Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena), a Conab, o MPF, entre outros. A discussão sobre a cadeia produtiva da castanha do Brasil na TI Waiwai era urgente e por isso a equipe realizou duas oficinas de mapeamento de castanhais para que as comunidades pudessem organizar sua produção.

Na TI Waimiri Atroari, a equipe realizou mais duas visitas: a terceira ao Eixo Rio e a segunda ao Eixo Estrada, as duas regiões que formam a TI. No total, são 2.600 milhões de hectares e 31 aldeias participantes, um desafio para a elaboração do SisTI, já que o piloto foi realizado em TIs de extensão reduzida e poucas aldeias. Com um número reduzido de ameaças, o anseio dos Kinja – autodenominação Waimiri Atroari – é que os levantamentos ajudem a construir um retrato mais próximo da visão que as próprias comunidades têm da TI. Eles contam, para isso, com um rico material produzido no levantamento, composto por fotos, mapeamentos de roçados, áreas de caça e pesca entre outros.

Produção de conhecimento indígena é foco de atenção em comunidades do Rio Negro

Desde o final dos anos 1990 a Educação Escolar Indígena é uma preocupação das comunidades do Alto e Médio Rio Negro. Várias delas lograram desenvolver experiências próprias, mais com apoio não governamental do que propriamente dos órgãos oficiais responsáveis. Algumas delas, no entanto, não sobreviveram à continuada negligência e até mesmo resistência dos municípios e do Estado do Amazonas. Em todo caso, a preocupação com o tema persiste e resultou, por exemplo, na proposta de criar um departamento específico de educação escolar indígena em Santa Isabel, durante reunião interinstitucional realizada em julho passado. Representantes do governo estadual e municipal, e organizações não governamentais propuseram ações para a educação escolar indígena no município.

Em setembro, a comunidade de São Felipe, nas cabeceiras do igarapé Castanha (no Alto Rio Negro, junto à fronteira Brasil-Colômbia), inaugurou sua maloca, a casa do saber, reunindo co-

nhecedores, lideranças, professores e organizações parceiras. Na ocasião se discutiu o fortalecimento dos conhecimentos locais, os projetos de futuro e temas como educação escolar indígena e identidade cultural. Estavam presentes representantes das etnias Yeba Masã, Tukano, Tuyuka, Desana, Barasana, Yuhupda, Makuna e Baniwa vindos de várias comunidades. De acesso difícil – por trilhas ou pelo próprio igarapé – a comunidade é distante (três dias de viagem) da sede ou de comunidades maiores do município de São Gabriel da Cachoeira (AM). Mas está relativamente próxima das escolas indígenas Tukano Yupuri e Tuyuka Utapinozona, que desenvolveram há mais de uma década, programas inovadores de educação escolar indígena.

Os coordenadores dessas duas escolas se comprometeram a apoiar e acompanhar a escola de São Felipe, fundada há três anos para atender estudantes de 1ª a 5ª série, e que não tem local apropriado para seu funcionamento. Aliás são raras nessa região comunidades que tiveram sua escola construída pela Secretaria Municipal de Educação.

Vale também registrar que em outubro, professores, alunos, pais, avós e lideranças das etnias Baniwa, Desana, Tukano e Baré reuniram-se na comunidade de Canafé, no Médio Rio Negro, para continuar a elaboração do Projeto Político Pedagógico Indígena (PPPI) da escola Yané Putira. Foram feitas apresentações em plenária, resultado dos trabalhos em grupo, e em seguida os pontos principais foram sistematizados e apresentados para que todos pudessem opinar. Com a leitura coletiva e aprovação, o PPPI, ainda não concluído, foi entregue aos participantes.



SAIBA MAIS EM:

<http://isa.to/1sawrdJ>

<http://isa.to/10lF9f8>

<http://isa.to/1AiDsiw>

Encontro em Sta. Isabel do Rio Negro reúne representantes dos governos estadual e municipal, sociedade civil organizada e organizações não governamentais

© LILIANA MONTEIRO/ISA

Filme sobre Código Florestal lota auditório do Ibirapuera em SP

A pré-estreia do documentário *A Lei da Água – o Novo Código Florestal Brasileiro* encerrou, em 31 de agosto, a programação da Virada Sustentável, em São Paulo. O auditório de 800 lugares do Parque Ibirapuera, ficou cheio. Depois da exibição, aconteceu um bate-papo de mais de uma hora, com a participação de André D’Elia, diretor do filme, Marussia Whately, do ISA, e Malu Ribeiro, da Fundação SOS Mata Atlântica. O produtor-executivo da obra, Fernando Meirelles, também esteve na pré-estreia. A produção é uma parceria do ISA, WWF-Brasil, Fundação SOS Mata Atlântica, Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) e Bem-Te Vi Diversidade.

O longa de 75 minutos baseia-se em entrevistas com políticos, produtores rurais, cientistas e ambientalistas. Os depoimentos discutem, por diversos pontos de vista e de maneira didática, os impactos promovidos pela nova lei florestal (12.651), aprovada em 2012 e que revogou o antigo Código Florestal de 1965. As consequências negativas do desmatamento

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1wApMfh>



© MICHEL SANTOS/WWF

Documentário encerrou a Virada Sustentável em São Paulo

para os mananciais de água são um dos temas centrais do documentário. Fernando Meirelles conta que a ideia inicial era apenas fazer um filme pequeno para esclarecer os ministros do Supremo Tribunal Federal sobre as quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) apresentadas contra a lei, como subsídio às ações que tramitam na corte. A intenção agora é exibi-lo ao grande público.

Intercâmbio aproxima Rede de Sementes do Xingu de universidades

Em setembro, um intercâmbio com a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo, em Piracicaba e

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1wXHcRa>



© BRUNA DAVANNA FERREIRA/ISA

Coletores e técnicos da Associação Rede de Sementes do Xingu no intercâmbio de experiências com as universidades

a Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), campus de Sorocaba, ambas no interior de São Paulo, estreitou o contato com o universo da ciência e fortaleceu a relação entre a teoria e a prática sobre sementes florestais. As atividades abrangeram seminários e visitas em laboratórios de pesquisa, áreas experimentais de restauração ecológica e viveiros de produção de mudas. O evento foi organizado pelo ISA, pela Articulação Xingu Araguaia (AXA) e pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Ecologia e Manejo de Florestas Tropicais (Gepem) da Esalq/USP.

Nas visitas aos laboratórios de sementes e genética da Esalq/USP, os coletores e técnicos conversaram com pesquisadores sobre técnicas e tecnologias de análise de sementes florestais e foram apresentados à infraestrutura e rotina de um laboratório de sementes credenciado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).



© ADRIANA MATOS

Manifestação em frente ao Sítio Pimental, um dos canteiros de obras da UHE Belo Monte

Canoadas ativista percorre trecho do Xingu que será barrado por Belo Monte

O ISA e a Associação Indígena Miratu Yudjá Xingu (Aymix) promoveram em setembro a canoada Bye Bye Xingu, sem fins lucrativos, que reuniu cerca de 120 pessoas entre índios, ribeirinhos, pescadores e ativistas de várias regiões do Brasil. Eles percorreram os 100km da Volta Grande, um dos trechos mais exuberantes do Rio Xingu que, em breve, será definitivamente transformado quando a usina hidrelétrica de Belo Monte entrar em operação.

A bordo de 21 canoas, eles remaram guiados por indígenas, ribeirinhos e pescadores experientes na navegação no Xingu. A expedição deixou o porto de Altamira na manhã de 8 de setembro e quando passaram em frente à barragem principal da usina fizeram uma manifestação abrindo faixas com os dizeres *Desenvolvimento sim, de qualquer jeito, não!*

O grupo de canoairos passou três noites nas praias do Rio Xingu e pode participar, à beira da fogueira, de diferentes rodas de conversas. Em uma delas, Ricardo Baitelo, do Greenpeace, foi convidado pelo ISA para falar sobre questões relacionadas ao modelo energético brasileiro. Em outra roda de conversa, em uma praia ao lado da TI Paquiçamba, território do povo Juruna, histórias, desafios e conquistas deste povo foram compartilhadas por lideranças que acompanharam a expedição.

A região da cachoeira Jeriquá, um dos mais belos trechos da Volta Grande, formado por cachoeiras, pedrais, bancos de areia e ilhas, também fez parte do roteiro das canoas pelo Xingu. **#ByeByeXingu**

Curtas

HANGOUT DEBATE ATRASO NAS OBRAS DE BELO MONTE.

O hangout (conferência virtual) organizado pelo ISA, no final de julho, debateu os atrasos nas obras de Belo Monte, reunindo técnicos e especialistas. Em tempo real participaram cerca de 40 pessoas. Com o link disponível no site do ISA, o debate teve 2349 visualizações. Passados três anos do início da construção da usina hidrelétrica no Rio Xingu (PA), a concessionária responsável pela obra, Norte Energia S.A, disse à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que atrasaria a geração comercial de energia em 14 meses. O contrato de concessão entre a empresa e o Governo Federal prevê multa caso Belo Monte não comece a gerar energia na data prevista. A Norte Energia pediu à Aneel para não ser penalizada pela quebra contratual, afirmando que os motivos do atraso fugiam do seu controle. Para a empresa, a responsabilidade do atraso é decorrente de atos do poder público por não ter obtido em tempo hábil as autorizações e licenças ambientais, de ocupações de pescadores, ribeirinhos e indígenas em canteiros de obras, de greves dos trabalhadores da usina e de ordens judiciais de paralisação da obra por descumprimento de obrigações socioambientais e violações de direitos.

VEJA AQUI:
<http://isa.to/1mZz0IT>

ISA contribui com a Comissão Nacional da Verdade

Em apoio aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), entre os meses de maio e outubro, a equipe do Programa Monitoramento de Áreas Protegidas dedicou-se à pesquisa de casos de graves violações de direitos humanos cometidas contra povos indígenas pelo Estado brasileiro entre 1946 e 1988.

Apresentadas em setembro à coordenadora do “Grupo de Trabalho sobre violações de direitos humanos relacionados à luta pela terra ou contra povos indígenas”, a psicanalista Maria Rita Kehl, essas contribuições dão corpo a um processo de interlocução com a CNV e com outras organizações da sociedade civil - como o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e o Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo - em um esforço para sistematizar e divulgar

violações cometidas, que deve continuar mesmo após o término dos trabalhos da



CNV. As pesquisas iniciaram-se com uma seleção de dez casos - desconhecidos ou não aprofundados pelas pesquisas da própria CNV -, em que a ocorrência de violações de direitos estivesse suficientemente clara e documentada. Coordenada por Beto e Fany Ricardo e orientada pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha e pelos advogados Sérgio Leitão e Luis Francisco

Carvalho Filho - este último, ex-presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos -, a iniciativa buscou apresentar alguns casos sobre os quais o ISA e o extinto Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) já haviam se debruçado por meio de ações judiciais, caso dos

Panará e dos Gavião da Montanha.

Espera-se, assim, que o relatório final, a ser apresentado em dezembro, reconheça que os povos indígenas, também estiveram sob regimes de exceção, e inicie um processo de efetivação do direito à memória, à verdade e à reparação.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1p2Ly3l>

Mandado de segurança ao STF pede destituição do relator do novo marco da mineração por conflito de interesses

Em setembro, um grupo de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos, entre eles o ISA, entrou, com um mandado de segurança inédito no Supremo Tribunal Federal (STF) para retirar da função, por quebra de decoro parlamentar, o relator do novo marco legal da mineração (PL 37/2011), em tramitação na Câmara, deputado federal Leonardo Quintão (PMDB-MG). É a primeira vez que é pedido ao STF que um relator seja destituído do cargo pelo fato de relatar projeto de interesse direto de seus financiadores de campanha.

Dos cerca de R\$ 2 milhões arrecadados por Quintão na campanha de 2010, em torno de 20% foram doados por grandes empresas de mineração e metalurgia, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Na campanha à reeleição deste ano, ainda

segundo o TSE, figura, até agora, como único financiador de Quintão seu irmão, Rodrigo Lemos Barros Quintão, sócio de uma mineradora e administrador de outra.

Em maio, o mesmo grupo encaminhou uma representação igualmente inédita à Mesa da Câmara solicitando a destituição do relator por quebra de decoro. O presidente da casa, Henrique Alves (PMDB-RN), arquivou o pedido alegando que o PL trata de “regras gerais, aplicáveis indistintamente a todas as empresas que atuam no setor”, motivo pelo qual não estaria relacionado aos interesses de nenhuma empresa em especial.

O mandado de segurança afirma que a justificativa não procede, pois, “sendo a lei uma norma de caráter geral, abstrato e impessoal, é impossível se cogitar que possa ela se destinar a regular uma só empresa ou uma só pessoa física”.

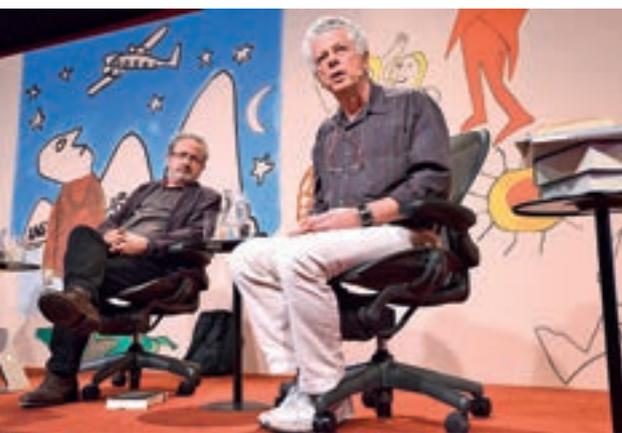
SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1p2Ly3l>

Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) debate direitos indígenas

A edição 2014 (30/7 a 3/8) da Flip (RJ) abriu espaço para debater a questão indígena em um momento em que os direitos indígenas conquistados na Constituição de 1988 estavam – e continuam – sob forte ataque no Congresso Nacional com propostas de emendas constitucionais e projetos de lei alterando procedimentos de demarcação de terras. A mesa oficial “Marcados” trouxe o líder Yanomami Davi Kopenawa e a renomada fotógrafa Claudia Andujar. Também foi exibido o filme *Xapiri*, sobre o xamanismo yanomami, seguido de bate papo com Davi. A mesa intitulada “Tristes Trópicos” contou com a participação dos antropólogos Eduardo Viveiros de Castro, do Museu Nacional e de Beto Ricardo, do ISA. Ambas as mesas tiveram mediação da jornalista Eliane Brum.

A agenda de Davi Kopenawa incluiu ainda uma visita à aldeia Mbya Itaxi Mirim, de Paraty Mirim e uma conversa com os Guarani e outros integrantes do Fórum Comunidades Tradicionais, que aglutina comunidades de Angra

dos Reis e Paraty no litoral fluminense, e Ubatuba, no litoral paulista. No encerramento da festa, Davi deu um depoimento emocionante falando das ameaças de morte que vêm sofrendo e das invasões à Terra Indígena Yanomami e pediu ajuda para defender as Terras Indígenas.



Os antropólogos Eduardo Viveiros de Castro e Beto Ricardo, do ISA, durante a FLIP 2014

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1uC8Y8O>

Ficha verde lança propostas a candidatos do AM

Em julho, o movimento Ficha Verde lançou em Manaus a campanha “Queremos uma Agenda Socioambiental para o Estado do Amazonas”, com o objetivo de que os candidatos às eleições de 2014 no estado inserissem em suas campanhas propostas com compromisso socioambiental. As demandas giraram em torno de quatro eixos: fortalecimento dos órgãos responsáveis pela gestão ambiental e territorial do estado; valorização da floresta em pé e da produção sustentável; melhoria da qualidade de vida nas áreas urbanas de Manaus e das cidades do interior e o fortalecimento da transversalidade da temática ambiental entre secretarias estaduais e nos municípios. As propostas foram construídas por pessoas independentes, representantes de instituições de pesquisa, de ONGs, o ISA entre elas, e movimentos urbanos.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1miNuEk>

Curtas

ASSEMBLEIA GERAL

EXTRAORDINÁRIA APRESENTA AVALIAÇÃO E ELEGE DIRETORIA.

Em agosto, o ISA realizou sua 3ª Assembleia Geral Extraordinária. A apresentação da avaliação da incidência política do Programa Política e Direito Socioambiental (PPDS) esteve na pauta do primeiro dia. A recomendação dos sócios foi avançar na articulação do PPDS com o Programa Monitoramento e a Comunicação. A presidente Neide Esterci fez um pedido para que houvesse rotatividade no cargo e o sócio Jurandir Craveiro Jr. foi eleito o novo presidente do ISA, com Tony Gross na vice-presidência. Os outros componentes do Conselho Diretor são Neide Esterci, Marina Kahn e Ana Valéria Araújo. Adriana Ramos, que exercia a secretaria executiva adjunta, tornou-se coordenadora do PPDS. Assim, André Villas-Bôas que exercia os cargos de secretário executivo e coordenador do Programa Xingu ficou exclusivamente com a Secretaria Executiva e o sócio Rodrigo Junqueira assumiu a coordenação do programa. No dia seguinte, os debates giraram em torno da questão Água e Energia, com uma apresentação de Marussia Whately, que voltou a ser colaboradora do ISA para tratar do tema Água.

Rainforest faz 25 anos e debate proteção das florestas tropicais

Em setembro, a Fundação Rainforest da Noruega (RFN) realizou em Oslo uma conferência internacional para debater a situação atual da proteção e conservação da floresta tropical e o desenvolvimento sustentável, o avanço do desmatamento, a mudança climática e os desafios futuros. Dela participaram o rei Harald V da Noruega, os parceiros da Rainforest nos países que ainda detêm florestas tropicais, pesquisadores, acadêmicos, políticos e

executivos. Durante o evento, que comemorou os 25 anos da RFN foi lançada a publicação *O Estado da Floresta Tropical 2014*.

Considerada o termômetro da situação de degradação em que se encontra o planeta, as florestas tropicais abrigam mais da metade das espécies de plantas terrestres e animais da Terra, além de muitos povos que ainda resistem à degradação dos ecossistemas.

Em uma das partes da conferência, parceiros da RFN que atuam na Amazônia, no Sudeste da Ásia e Oceania e na África Central relataram a situação da floresta tropical em seus países e os desafios à frente. Representantes de organizações parceiras falaram sobre o desmatamento e as alternativas para conter a degradação ambiental. Adriana Ramos, do ISA, participou do painel que discutiu o papel e as responsabilidades de governos, do setor privado e da sociedade civil na redução da pressão sobre a floresta.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1uKKO9I>



Painel debate responsabilidades na redução da pressão sobre a floresta



* Considerados os sites Socioambiental, PIB, PIB Mirim, UCs, De olho nas Tis, Cílios do Ribeira e Y Ikatu Xingu

Curtas

INPE DIVULGA DADOS DE DESMATAMENTO DEPOIS DE SOLICITAÇÃO FEITA PELO ISA.

Depois de pedido apresentado pelo ISA por meio da Lei de Acesso à Informação o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgou em 10 de setembro, com atraso, a taxa consolidada de desmatamento. Os dados mostram aumento dos desmates no período entre agosto de 2012 e julho de 2013, de 29%, medidos pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (Prodes). O dado preliminar – de 5.843 quilômetros quadrados, cravando um aumento de 28% em relação a 2011-2012 – foi divulgado em novembro de 2013. A taxa consolidada informada agora foi de 29% de aumento, num total de 5.891 quilômetros quadrados que sofreram remoção completa da vegetação, o chamado corte raso, naquele período.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1wh6NEv>



Desmatamento com correntão flagrado pelo Ibama



© CLAUDIO TANARE/ISA

Marussia Whately, do ISA, no lançamento do estudo Água@SP

SAIBA MAIS EM:
www.aguasp.com.br e
<http://isa.to/1th3jO4>

Crise hídrica incentiva criação da Aliança pela Água de São Paulo

São Paulo vive a maior crise hídrica da sua história, com mais de 60 municípios enfrentando a falta de água e um racionamento que atinge milhões de pessoas. Reservatórios e rios encontram-se em níveis críticos nas bacias dos rios Tietê e Piracicaba e as previsões climáticas para os próximos meses não são animadoras. Para buscar soluções e potencializar iniciativas em curso, em setembro de 2014, o Instituto Socioambiental (ISA) deu início ao projeto Água@SP, com o objetivo de mapear atores e propostas que possam contribuir para lidar com a crise da água em São Paulo. O mapeamento foi realizado em parceria com a organização Cidade Democrática e contou com o apoio de mais de 30 organizações. Daí resultou também em uma coalizão da sociedade civil chamada Aliança pela Água de São Paulo.

Os resultados do projeto Água@SP foram apresentados por Marussia Whately, coordenadora da iniciativa pelo ISA e por Rodrigo Bandeira, do Cidade Democrática, a uma plateia de mais de 200 pessoas que lotou a sala Crisantempo, em São Paulo. O estudo teve como base uma pesquisa que contou com a adesão de mais de 280 especialistas de 60 municípios, que propuseram 196 ações de curto prazo e 191 de longo prazo, além

de apontarem mais de 300 iniciativas inspiradoras para a gestão da água no Estado de São Paulo. De acordo com o estudo, a situação atual é resultado da combinação de alguns fatores como: a) ênfase dos governos na retirada de mais água, e não no uso racional desse recurso; b) desmatamento nas áreas de mananciais e poluição das fontes de água em quase todo o estado; c) seca extrema e déficit de chuvas, em especial no Sistema Cantareira; d) pouco espaço de participação e transparência quanto à gestão da água. Tudo isso agravado pela resistência dos governos em tomar medidas mais firmes em um ano eleitoral.

A Aliança pela Água de São Paulo estabeleceu de imediato duas metas. Uma de curto prazo, que é chegar em abril de 2015 em situação segura para enfrentar mais um período de estiagem. Outra de longo prazo que é implantar um novo modelo de gestão da água, que garanta um futuro seguro e sustentável para os moradores de São Paulo (estabilidade social, econômica e ambiental).

Antes da divulgação do estudo e da Aliança, o ISA atualizou a ferramenta *De Onde vem a água*, lançada em 2007, por meio da qual as pessoas digitam o CEP da rua em que moram e ficam sabendo de que manancial de São Paulo vem a água que abastece suas casas.

Propostas de incentivo à conservação foram enviadas às candidaturas presidenciais

Em agosto, o ISA apresentou aos candidatos à Presidência da República (Dilma Rousseff, Marina Silva e Aécio Neves) propostas para transformar a política agrícola em vetor da conservação ambiental no campo. O objetivo foi incluir premiações nas políticas agrícolas para os produtores que estiverem conservando a vegetação nativa de suas propriedades

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1th5zFc>

devidamente ou se disponham a fazê-lo, estabelecendo uma nova relação entre as políticas agrícolas e ambientais.

O ISA vem trabalhando, desde 2010, na formulação e articulação de propostas que conciliem incentivos de crédito agrícola e políticas de compras públicas com a conservação ambiental nas propriedades rurais. Parte dessas propostas já veio a público e foi discutida com setores interessados e sociedade civil.

Pesquisa e difusão de informações

Os caminhos que as sementes percorrem

Coletar, manejar e armazenar as experiências da Rede de Sementes do Xingu é uma importante contribuição para a produção e manejo de sementes florestais nativas no Brasil, e que têm sido impulsionadas pela crescente necessidade de adequação ambiental das propriedades rurais. Seis capítulos ilustrados com mapas,



desenhos em aquarela e infográficos sistematizam o caminho que a semente percorre, desde a coleta dos frutos feita por mais de 350 pessoas que integram a Rede até a precificação da semente.

Um DVD encartado traz cinco vídeos que retratam as diferentes experiências de coletores quanto às técnicas de produção de sementes. Os filmes foram exibidos na última semana de julho, na Festa Literária Internacional de Paraty (Flip).

SAIBA MAIS EM:
www.sementesdoxingu.org.br

Livro elege como tema a situação do planeta e os mundos que abriga

Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins, do etnólogo Eduardo Viveiros de Castro e da professora de Filosofia Deborah Danowski foi lançado em setembro no Rio de Janeiro, na livraria da Travessa de Botafogo e em novembro em São Paulo, na Livraria Cultura. Co-edição do ISA com a Cultura Barbárie Editora, o livro é uma tentativa de levar a sério os discursos atuais sobre o “fim do mundo”, tomando-os como “experiências de pensamento

acerca da virada da aventura antropológica ocidental para o declínio”. Os autores, assim, encaram de frente a crise ambiental que se evidencia e se agrava a cada dia, prenunciando um colapso civilizacional que atingirá a todos, inclusive povos e culturas que não estão na origem dessa crise, como os povos indígenas. Sem falar, é claro, das várias outras espécies que já se extinguíram ou estão ameaçadas de extinção devido a alterações ambientais causadas por atividades humanas. Os autores contam que a ideia do livro foi apresentada pela primeira vez em Toulouse, na França, no dia 21 de dezembro de 2012 – o dia em que anunciaram e garantiram que o mundo iria se acabar, de acordo com um suposto calendário Maia.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1u3nJ1r>



Relatório analisa futuro climático da Amazônia

Lançado no final de outubro em São Paulo, o estudo do pesquisador Antonio Nobre, do Inpe, foi feito por solicitação da Articulação Regional Amazônica (ARA) com apoio do ISA, da Iniciativa Amazônia do WWF, do Observatório do Clima e do ICV. Nobre revê cerca de duzentos dos principais estudos e artigos científicos sobre o papel da floresta amazônica no sistema climático e conclui que reduzir a zero o desmatamento já não basta para garantir as funções climáticas do bioma. Além de manter a floresta amazônica a qualquer custo é preciso confrontar o passivo do desmatamento acumulado e começar um amplo processo de recuperação do que foi destruído, que somente no Brasil alcança uma área de 763 mil km², o que equivale a três estados de São Paulo ou a 184 milhões de campos de futebol.

Nobre mostra o potencial climático da floresta pristina, chamada pelos cientistas de “oceano verde”, e os impactos de sua destruição com o desmatamento e o fogo. Aponta ainda as ações para conter os efeitos no clima provocados pela ação humana sobre a maior floresta tropical do mundo. O trabalho inova

ao revelar os segredos que fazem da Amazônia um sistema único no planeta, com funções que começam a ser mais bem compreendidas pelos cientistas.

O primeiro deles é que a floresta mantém úmido o ar em movimento, o que leva chuvas para as regiões interiores do continente, distantes milhares de quilômetros do oceano. A Amazônia, explica o pesquisador, tem outra peculiaridade - ajuda a formar chuvas em ar limpo. É que as árvores emitem aromas a partir dos quais se formam sementes de condensação do vapor d’água, cuja eficiência na nucleação de nuvens resulta em chuvas fartas.

Outro segredo é que a floresta amazônica não mantém o ar úmido apenas para si mesma. Ela exporta essa umidade por meio de rios aéreos de vapor, os chamados “rios voadores,” que irrigam áreas como o Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil e outras áreas como o Pantanal e o Chaco, além da Bolívia, Paraguai e Argentina.

Mas o desmatamento pode colocar todos esses atributos da floresta em risco. Reconhecidos modelos climáticos anteciparam variados efeitos danosos do desmatamento sobre o clima, previsões que vêm sendo confirmadas por observações. Entre elas estão a redução drástica da transpiração, a modificação na dinâmica de nuvens e chuvas e o prolongamento da estação seca nas zonas desmatadas. Outros efeitos não previstos, como o dano por fumaça e fuligem à dinâmica de chuvas, mesmo sobre áreas de floresta pristina, também estão sendo observados.

Vários estudos sugerem que a floresta, na sua condição original, tendo perseverado por dezenas de milhões de anos, tem grande resistência a cataclismos climáticos. Mas quando é abatida ou debilitada por motosserras, tratores e fogo sua imunidade é quebrada. Nos cálculos de Nobre, a ocupação da Amazônia já destruiu no mínimo 42 bilhões de árvores, ou seja, mais de 2000 árvores por minuto – ininterruptamente –, nos últimos 40 anos. O dano de tal devastação já se faz sentir no clima próximo e distante da Amazônia, e os prognósticos indicam agravamento do quadro se o desmatamento continuar e a floresta não for restaurada.



SAIBA MAIS EM:

<http://www.ccst.inpe.br/wp-content/uploads/2014/10/Futuro-Climatico-da-Amazonia.pdf>

Análise do ISA mostra degradação ambiental em Altamira

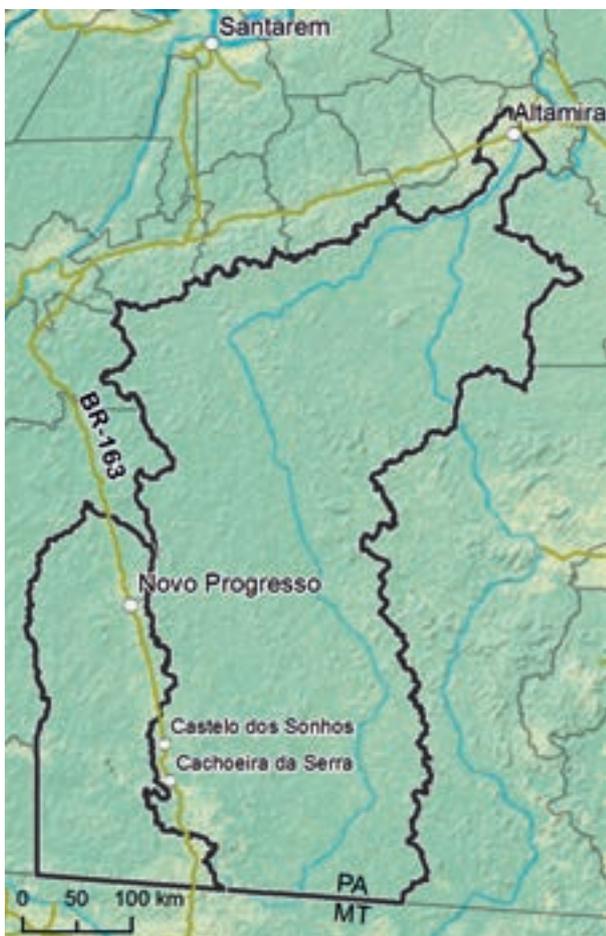
SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/WjMQjH>

O maior município do Brasil (159.533 km²) é também o recordista em desmatamento na Amazônia. Dados preliminares do Inpe, de novembro de 2013, davam conta de que quase 300 km² haviam sido desmatados no ano, em Altamira. Sistemas de alerta do Imazon e do Inpe sinalizam que os dados de 2014 indicam aumento da devastação. São vários os fatores que contribuem

para que Altamira esteja no topo do ranking. Ocupações ilegais, grilagem de terras e asfaltamento da BR-163 com enriquecimento de grupos locais estão entre as razões que explicam o aumento do desmate na região.

A piora começou em 2011 a partir do distrito de Castelo dos Sonhos, uma pequena cidade fundada há mais de 30 anos, vinculada no âmbito econômico à vizinha Novo Progresso e administrativamente à Altamira. A ocupação intensiva, de fato, se deu nos últimos dez anos. Com o anúncio do asfaltamento da BR-163 em 2002, os moradores locais acreditavam que a região sairia do isolamento. Entretanto, diante do risco de aumento do desmatamento, o governo elaborou em 2006 um plano sustentável para a rodovia. O asfaltamento só decolou em 2013 e o plano não teve avanços significativos especialmente no que se refere à regularização fundiária.

A ausência do Estado na região, porém, continuou e hoje, com o asfaltamento em fase de conclusão, milhares de caminhões carregados com soja transitam diariamente pela parte paraense da BR-163, atravessando territórios sem ordenamento fundiário, glebas federais sem destinação nem gerenciamento e assentamentos da reforma agrária deixados ao abandono. As análises mostram que é da BR-163 que partem as maiores ameaças ao território altamirense, e, por extensão, às florestas preservadas do oeste do Pará. A abundância de terras não destinadas e não ocupadas em territórios afastados dos eixos principais de transporte atua como um ímã para as máfias do desmatamento.



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Conselho Diretor: Jurandir Carverio Jr. (presidente), Tony Gross (vice-presidente), Ana Valéria Araújo, Marina Kahn e Neide Esterici.
Secretário Executivo: André Villas-Bôas.

APOIO INSTITUCIONAL Icco (Organização Interdesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento) e NCA (Ajuda da Igreja da Noruega)

BOLETIM SOCIOAMBIENTAL Edição: Maria Inês Zanchetta – editora (MTB 11.616-SP). Jornalistas: Leticia Leite e Oswaldo Braga de Souza.

Ilustrações e logomarca: Rubens Matuck; **Projeto gráfico e editoração eletrônica:** Ana Cristina Silveira. **Visite nosso site:** www.socioambiental.org

ISA SÃO PAULO Av. Higienópolis, 901, 01238-001, São Paulo (SP), tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904, isa@socioambiental.org • **ISA BRÁSILIA** SCLN 210, bloco C, sala 112, 70862-530, Brasília (DF), tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121, isadf@socioambiental.org • **ISA MANAUS** Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar, Largo do Teatro, Centro, 69010-230, Manaus (AM), tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502, isamao@socioambiental.org • **ISA BOA VISTA** R. Presidente Costa e Silva, 116, 69390-670, Boa Vista (RR), tel: (95) 3224-7068 / fax: (95) 3224-3441, isabv@socioambiental.org • **ISA SÃO GABRIEL** Rua Projetada, 70, Centro, Caixa Postal 21, 69750-000, São Gabriel da Cachoeira (AM), tel/fax: (97) 3471-1156, isarn@socioambiental.org • **ISA CANARANA** Av. São Paulo, 202, Centro, 78640-000, Canarana (MT), tel: (66) 3478-3491, isaxingu@socioambiental.org • **ISA ELDORADO** Rua Dr. Nuno Silva Bueno, 390, 11960-000, Eldorado (SP), tel: (13) 3871-1697, isaribeira@socioambiental.org • **ISA ALTAMIRA** Rua dos Missionários, 2589, Explanada do Xingu, 68372-030, Altamira (PA), tel: (93) 3515-5749.